

# Dinheiro esquecido vira prioridade

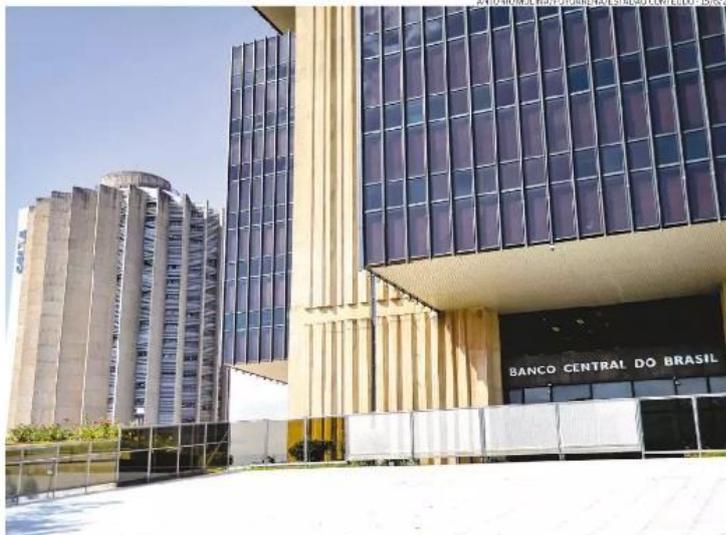
Fazenda poderá recorrer ao STF para defender uso de recursos deixados em contas; objetivo é compensar renúncia com desoneração

DE BRASÍLIA

O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Dario Durigan, afirmou que a equipe econômica não abre mão da "compensação integral" da desoneração da folha de pagamento de empresas e municípios. Ele sinalizou que o governo voltará ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso os valores esquecidos em contas bancárias não sejam considerados contrapartida válida.

"Se isso não for entendido como compensação válida, será preciso voltar ao Supremo e dizer que ficou faltando parte da compensação. Simples assim. A gente nunca vai abrir mão da compensação da desoneração. Não vamos compensar R\$ 8 bilhões a menos", afirmou Durigan, durante a apresentação do mais recente relatório bimestral de avaliação de receitas e despesas do governo.

Ele não detalhou, porém, se, nesse caso, o governo enviaria uma nova medida ao Congresso nem que medida seria essa.



Compensação com dinheiro esquecido nas contas gerou embate do Ministério da Fazenda com Banco Central

Trata-se de um novo capítulo do embate entre Ministério da Fazenda e Banco Central em torno da forma de contabilizar esse dinheiro esquecido

em instituições financeiras, que totaliza R\$ 8,6 bilhões, segundo o Sistema de Valores a Receber (SVR) do BC.

Em nota técnica enviada

a parlamentares na semana passada, o BC afirmou que a incorporação dessas cifras no resultado primário (saldo entre receitas e despesas, sem considerar

## RELATÓRIO

A equipe econômica detalhou os dados do relatório de receitas e despesas relativo ao quarto bimestre, divulgado na sexta-feira. O governo surpreendeu os analistas ao reduzir em R\$ 1,7 bilhão o congelamento de recursos no Orçamento deste ano. O total congelado passou de R\$ 15 bilhões para R\$ 13,3 bilhões. O anúncio de sexta, segundo analistas, evidenciou que o governo segue perseguindo o piso da meta fiscal (que permite déficit de até R\$ 28,8 bilhões), e não o centro (déficit zero). A equipe econômica alega que as leis fiscais impedem que o governo contingencie recursos quando há sinais de que ao menos o piso da meta será alcançado. "Esse entendimento de que o governo não pode contingenciar se estiver cumprindo o limite inferior não parece ser compartilhado pelo TCU", afirma Jefferson Bittencourt, head de macroeconomia do ASA e ex-secretário do Tesouro Nacional.

os juros da dívida pública) estava "em claro desacordo com sua metodologia

estatística, indo de encontro às orientações do Tribunal de Contas da União e ao entendimento do STF sobre a matéria".

## DIVERGÊNCIA

O texto aprovado pelo Congresso e sancionado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no entanto, prevê que, mesmo não computada como receita primária pelo BC, a cifra será considerada pelo Tesouro Nacional para fins de cumprimento da meta fiscal do governo.

"Os recursos esquecidos não foram uma opção do governo. Nós queríamos ter compensado a desoneração da folha com corte de benefício de PIS/Cofins, cuja medida provisória foi parcialmente devolvida pelo Congresso", disse, tentando colocar o governo a uma distância segura da medida, que vem sendo chamada de confisco pela oposição nas redes sociais. (Estadão Conteúdo)